



# *Prefeitura Municipal de Domingos Martins*

## Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

### RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELUCI – CONTAS DE GESTÃO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Interna

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Saúde

**Gestor Responsável:** Adimar Alves de Souza

**Exercício:** 2020

#### 1. RELATÓRIO

##### 1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de Abordagem prioritária						
1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Processos físicos e eletrônicos de despesa.	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Processos físicos e eletrônicos de despesa.	Processos físicos e eletrônicos de despesa.
1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de	Documentos	Base legal	Procedimento	Universo do	Amostra /

	controle	analisados			Ponto de Controle	Documento Selecionado
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Processos de despesas liquidadas das obrigações patronais, relatórios e balancetes consolidados.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Processos e relatórios de obrigações patronais liquidadas, relatórios e balancetes consolidados.	Relatório de liquidação emitidos pelo Sistema de Contabilidade.
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Processos de despesas liquidadas e pagas de obrigações patronais, relatórios e balancetes consolidados.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Processos e relatórios de obrigações patronais recolhidos, relatórios e balancetes consolidados	Relatório de liquidação e pagamento emitidos pelo Sistema de Contabilidade.
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Processos de despesas de obrigações patronais.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Processos e relatórios de obrigações patronais recolhidos, relatórios e balancetes consolidados	Relatório de liquidação e pagamento emitidos pelo Sistema de Contabilidade.
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	Processos de despesas de contribuição previdenciária (de segurados).	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local.	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Processos e relatórios de despesas de contribuição previdenciária (de segurados).	Relatório de liquidação e pagamento emitidos pelo Sistema de Contabilidade.
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Relatórios de empenho.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Relatórios de empenho.	Relatórios de empenho.
<b>1.3. Gestão patrimonial</b>						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Demonstrativos contábeis e Relatório de Inventário da Gerência de Patrimônio.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de	Demonstrativos contábeis e Relatório de Inventário da Gerência de Patrimônio.	Demonstrativos contábeis e Relatório de Inventário da Gerência de Patrimônio.

				depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.		
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Demonstrativos dos registros e movimentações patrimoniais e demais relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Demonstrativos, registros e relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	Demonstrativos, registros e relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Relatório de Fluxo de Caixa.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Todas as contas bancárias cadastradas no ente.	Relatório de Fluxo de Caixa.
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Termo de conciliação das disponibilidades bancárias e extratos bancários.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Contas presentes no termo de conciliação das disponibilidades bancárias e extratos bancários.	Termo de conciliação das disponibilidades bancárias e extratos bancários.

## 1.5. Demais Atos de Gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.5.2	Segregação de funções.	Processos administrativos em tramitação no FMS.	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Profissionais envolvidos nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Profissionais envolvidos nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.

## 2. Itens de Abordagem Complementar

### 2.5. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.5.2	Base de Cálculo de contribuições - RPPS	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas que demonstrem a retenção.	Lei Municipal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias ao RPPS e relatórios de despesas que demonstrem a retenção.
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.	Lei Municipal e Federal que regulamenta a Base de Cálculo das Contribuições previdenciárias e alíquotas e relatórios de despesas que demonstrem os valores retidos.
2.5.5	Guia de Recolhimento de contribuições	Guia de Recolhimento de contribuições	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998,	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das	Documento de Recolhimento de	Documento de Recolhimento de

	previdenciárias	previdenciárias	art. 1º.	contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	contribuições previdenciárias	contribuições previdenciárias
<b>2.6. Demais Atos de Gestão</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Documentos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra / Documento Selecionado</b>
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de Cargos	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Cargos existentes das funções de confiança.	Cargos existentes das funções de confiança.
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de Cargos	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contratações por prazo determinado.	Contratações por prazo determinado.
2.6.4	Pessoal – teto	Folha de Pagamento	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Folha de pagamento.	Folha de pagamento.
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária	Folha de Pagamento, relatórios da Gerência de Recursos Humanos e Legislação de cargos e Orçamentária

## 1.2. Constatções e Proposições

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

<b>1. Itens de abordagem Prioritária</b>			
<b>1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
1.1.2	Em inspeção realizada em 2020, acerca de processos de dispensa de licitação relacionados a pandemia do Covid-19, conforme descrito no RELACI, foi identificado processo de aquisição nº 1375/2020, no qual a documentação comprobatória demonstrou que o serviço foi prestado anteriormente a assinatura do contrato de prestação de serviço, configurando despesa sem prévio empenho.	Em Nota de Auditoria emitida a Secretaria foi solicitado ao Gestor do FMS que averiguasse os achados referentes ao processo, e caso necessário, verificassem junto a Procuradoria as providências a serem adotadas diante da situação.	Regular com ressalva

<b>1.2. Gestão Previdenciária</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
1.2.1	Da análise dos processos de despesas relativos às obrigações patronais, constatou-se que a despesa foi reconhecida conforme regime de competência.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que a despesa foi reconhecida conforme regime de competência.	Regular
1.2.2	Da análise dos processos de despesas relativos às obrigações patronais, constatou-se que houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das obrigações patronais.	Regular
1.2.3	Dos processos de despesas objeto de análise, constatou-se que todos os recolhimentos de obrigações patronais se deram de forma tempestiva, não incidindo em multas e juros.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das obrigações patronais.	Regular
1.2.4	Da análise dos processos de despesas de contribuições previdenciárias, constatou-se que as mesmas foram retidas dos servidores e repassadas ao RPPS (IPASDM) e ao INSS.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista o tempestivo recolhimento das contribuições previdenciárias retidas.	Regular
1.2.5	Dos processos analisados, constatou-se que não existem parcelamentos de débitos previdenciários inscritos no FMS.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que não existem parcelamentos de débitos previdenciários.	Regular
<b>1.3. Gestão Patrimonial</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
1.3.1	Da análise dos demonstrativos contábeis e dos demonstrativos apresentados pelo setor de patrimônio e de almoxarifado, constatamos que os registros contábeis estão compatíveis com os valores demonstrados nos relatórios de materiais e inventário, disponibilizados pelos setores de almoxarifado e patrimônio.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a compatibilidade dos valores registrados de almoxarifado e bens móveis e imóveis.	Regular
1.3.2	<p>- No exercício 2019, foi verificado que os valores da conta "Bens Imóveis" não estavam refletidos fidedignamente no Balanço Patrimonial, devido os valores de obras estarem sendo contabilizados em "Bens imóveis em andamento" e não estarem sendo concluídas. Observou-se que cerca de 83% do valor dos Bens Imóveis, contidos no Balanço Patrimonial, estavam sendo contabilizados permanentemente na conta contábil "Bens Imóveis em Andamento"</p> <p>- Em relatório fornecido pela Gerência de Patrimônio foi observado que os bens permanentes continham informações suficientes para identificação dos setores responsáveis.</p>	<p>- Foi emitida Recomendação nº 009/2019 ao setor de Contabilidade para verificação junto ao setor de Patrimônio e realizar um levantamento das obras concluídas para providenciar o acerto contábil;</p> <p>- Não foram sugeridas outras proposições tendo em vista que os registros dos bens permanentes estão sendo realizados contendo informações suficientes para sua caracterização e a devida indicação da estrutura administrativa do órgão que está localizado.</p>	Em andamento.
1.3.3	Da análise das disponibilidades financeiras das contas existentes no município, constatamos que 100% estão sendo movimentados em instituições financeiras oficiais.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que a movimentação bancária está sendo efetuada em instituição financeira oficial.	Regular
1.3.4	Das contas analisadas, verificamos a conformidade dos saldos apresentados nos extratos bancários e saldos de aplicações financeiras com os saldos conciliados lançados no sistema contábil utilizado pelo FMS, através de arquivos disponibilizados pela Contabilidade.	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista exatidão dos saldos bancários com os saldos conciliados.	Regular.
<b>1.5. Demais atos de gestão</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
1.5.2	Considerando as atividades de autorização,	A Controladoria está realizando	Em andamento

	aprovação, execução e controle das operações e, que o Município dispõe de Gerência de Compras unificada, responsável pela tramitação dos pedidos de compra do FMS e da Prefeitura, identificamos que há segregação parcial de funções, uma vez que os servidores que autorizam e efetuam os pedidos de compra, também homologam os mesmos na licitação.	constantemente cobranças e alertas à Secretaria de Administração para realização da Reforma Administrativa do plano de cargos e salários da Prefeitura e de realização de concurso público, diante do reduzido quadro funcional em alguns setores, a fim de reestruturar as Secretarias, sendo inclusive objeto de recomendação em Auditoria realizada em 2019 e 2020, envolvendo pessoal e folha de pagamento.	
<b>2. Itens de Abordagem Complementar</b>			
<b>2.5. Gestão Previdenciária</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
2.5.2	Com base na Lei Municipal nº 2.784/2017, que dispõe sobre a alteração do plano de custeio destinado ao RPPS dos servidores públicos do município de Domingos Martins, identificou-se a regulamentação da base de cálculo das contribuições, e por meio da análise dos relatórios de despesas, observou-se que a mesma está sendo devidamente empregada nos cálculos das contribuições.	Nenhuma proposição foi sugerida, tendo a vista a existência de base de cálculo regulamentada em Lei Municipal, e a efetiva utilização da mesma no cálculo das contribuições.	Regular
2.5.4	No ano de 2020, conforme alterações promovidas pela Reforma da Previdência, foi alterada a atual alíquota de 11% das contribuições previdenciárias dos servidores para 14%, Lei Municipal nº 2.943/2020, de 27/03/2020. Os descontos previdenciários passaram a ser recolhidos a maior dos servidores efetivamente no mês de julho/2020.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista que os descontos obedecem as legislações específicas, Municipal e Federal.	Regular
2.5.5	Verificou-se a existência de guias de recolhimento de contribuições previdenciárias no FMS.	Nenhuma proposição foi sugerida, tendo em vista a existência de guias de recolhimento de contribuições previdenciárias.	Regular
<b>2.6. Demais atos de gestão</b>			
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
2.6.1	Na análise da Folha de Pagamento, dos relatórios da Gerência de Recursos Humanos e da Legislação de Cargos, observou-se que foram priorizados os servidores efetivos no exercício de funções de confiança, no entanto, existem funções de confiança ocupadas por funcionários contratados. Com base na Auditoria nº 002-2019 de Pessoal e Folha de Pagamento, processo nº 3991/2019, foi detectado em visita nas Secretarias que existem desvios nos cargos em comissão, que ocorrem quando o agente realiza atividades diferentes da direção ou assessoramento técnico, sendo, em geral, atividades operacionais e rotineiras. Nesses casos, o cargo é mero título formal cujo verdadeiro propósito é a percepção de remuneração, sem a contraprestação do serviço específico exigido.	Recomendou-se que a Administração Municipal como um todo reavalie os servidores alocados nos cargos comissionados de suas estruturas, para identificar a ocorrência destas distorções nas funções de fato exercidas pelos servidores e as previstas para o cargo. Ademais, promover a capacitação técnica dos atuais ocupantes quando desqualificados, ou a contratação de novos servidores por processos objetivos, técnicos e transparentes, exigindo que os nomeados efetivamente exerçam funções de chefia, direção e assessoramento.	Em andamento
2.6.3	Com base na análise da Folha de Pagamento, dos relatórios da Gerência de Recursos Humanos e da Legislação de Cargos,	Não há alerta proposto no exercício de 2020, tendo em vista a regularidade das	Regular



	observou-se que as contratações por tempo determinado obedecem aos quesitos de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	contratações temporárias e que está em andamento a reforma administrativa do plano de cargos e salários e posterior realização de concurso público, que visará reestruturar os setores e diminuir o número de contratações temporárias.	
2.6.4	Com base na análise da Folha de Pagamento, observou-se que não há extrapolação do teto remuneratório no FMS.	Nenhum alerta foi proposto dado a regularidade nos pagamentos, quando ao atingimento do teto remuneratório constitucional.	Regular
2.6.5	Com base na análise da Folha de Pagamento, dos relatórios da Gerência de Recursos Humanos e da Legislação de Cargos, observaram-se as despesas com pagamento de pessoal possuem autorização legislativa específica.	Nenhum alerta foi proposto dado a existência legal de autorização para a realização dos pagamentos de pessoal, ademais não houve criação de cargos ou reajuste salarial diante da existência da Lei nº 173/2020.	Regular

## 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob responsabilidade do senhor Adimar Alves de Souza, gestor do Fundo Municipal de Saúde de Domingos Martins, relativa ao exercício de 2020.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular.

Domingos Martins - ES, 24 de março de 2021

Márcia d'Assumpção  
Controladora Interna

Franciele Luzia Holz  
Auditora Pública Interna – Matrícula nº 12640